

DECIFRANDO O CAMINHO DAS PEDRAS: possibilidades antropológicas e etnográficas para a compreensão qualitativa dos usos e usuários de crack

133

Estudos Universitários

Wagner Lins Lira¹
José Arturo C. Escobar²

Resumo

O consumo pirolisado de derivados de coca tem sido compreendido como um comportamento cujos índices de vulnerabilidade individual e social apresentam-se alarmantes no contexto da sociedade brasileira. O abuso de cocaína não emerge no país como um fenômeno recente, entretanto, representa uma evolução na/da sociedade de consumo, no uso particular desse psicoativo.

¹ Biólogo e mestre em antropologia pela UFPE. Atualmente é membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos – NEIP e membro do GEAD/UFPE (neo-xamam@hotmail.com).

² Biólogo e mestre em psicologia cognitiva/UFPE. Atualmente é doutorando no Programa de Psicologia Cognitiva/UFPE, membro do NEIP e membro do GEAD/UFPE (jac_escobar@yahoo.com.br).

Em decorrência da implantação e seguimento da política de guerra às drogas, governos, profissionais e a sociedade de modo geral têm apresentado resistência em discutir o fenômeno da drogadição por não conseguirem compreendê-lo como um aspecto da sociedade humana. A negação das culturas das drogas, pela sociedade industrial-capitalista, estabeleceu erroneamente uma compreensão estigmatizada do consumo e de seus consumidores. As consequências desse contexto são a marginalização e a exclusão social dos usuários, com sérias implicações norteadoras das condutas profissionais no que tange ao acolhimento e ao tratamento do dependente. Faz-se necessária a construção de novas compreensões do fenômeno dos usos e usuários de crack e outras drogas. Diante desse cenário, a antropologia e a etnografia têm sido ferramentas metodológicas importantes na caracterização, descrição e compreensão da dinâmica funcional de sistemas culturais. É nessa perspectiva que reunimos estudos desenvolvidos no país acerca da cultura de consumo do crack, sob o viés de tais instrumentos metodológicos, no sentido de alcançar novas interpretações deste universo. Conhecer tais indivíduos e suas dinâmicas culturais nos remeterá a novas possibilidades orientadoras do lidar com a dependência química, biológica, psicológica e social.

Palavras-chave: Antropologia, cocaína, crack, dependência, etnografia.

Abstract

In Brazilian society, the consumption of smoked coca subproducts has been assessed as a worrying human behavior since it causes many individual and social vulnerabilities. The abuse of these drugs is not a recent phenomenon in the country; it is a result of the consumption-society evolution. Because of drug war policy implementation, governments, health professionals and society are resisting to discuss drug use as an aspect of human society. The denial of drug cultures, by industrial-capitalist society, has wrongly established stigmatization to drug consumption as well as to users. The consequences of this context are

users' marginalization and social exclusion, with serious implications to care provision to those with drug dependence. Therefore, it is essential to have new understandings of drug use and users. Anthropology and ethnography are fundamental methodological tools to characterization, description and comprehension of functional dynamics of cultural systems. In this perspective it was carried out a review of Brazilian studies on crack-cocaine consumption culture aiming to build new interpretations of this human behavior and different care provision models.

Keywords: Anthropology, cocaine, crack-cocaine, dependence, ethnography.

INTRODUÇÃO

Recentemente, o crack³ tem se tornado a substância psicoativa norteadora das políticas públicas brasileiras sobre drogas. Um reflexo desta relevante vanguarda pode ser observado quanto ao desenvolvimento das questões políticas relacionadas ao uso/abuso de crack e outras drogas nos âmbitos nacional, estadual e municipal. A rede brasileira de saúde e assistência social encontra-se em um atual processo de implantação de serviços especializados direcionados aos usuários de drogas, que visam desde a prevenção ao tratamento e a reinserção social. Ainda vivenciamos uma emergência de problemas no que diz respeito à regulamentação de técnicas, conhecimentos científicos, modelos de intervenção e abordagens adequados para lidar com o fenômeno biopsicossocial do consumo de drogas.

A intervenção proibicionista realizada no complexo campo brasileiro da drogadição, no momento atual, reflete múltiplas incursões inoperantes carregadas por um histórico de atrasos de pelo menos meio século, desde a realização da Convenção Única sobre Entorpecentes em 1961⁴. A obscuridade histórica nacional

3 A nomenclatura "crack" é oriunda do barulho emitido pela pedra de cocaína, quando a mesma é pirolisada nos cachimbos, copos plásticos, cigarros artesanais ou latas de alumínio (MALHEIRO, 2010; MELLOTO, 2009; RUI, 2010).

4 Ver Decreto de nº 54.216, de 27 de Agosto de 1964, que promulga a Convenção Única sobre Entorpecentes no Brasil. O documento encontra-se disponível na URL: <http://www.unodc.org/pdf/brazil/Convencao%20Unica%20de%201961%20portugues.pdf>.

direcionada à atenção básica para com os usuários de drogas também pode ser apontada como fator primordial dessa obsolescência. Tais atrasos fomentaram o despreparo técnico-assistencial de muitos serviços, posicionamentos estigmatizados dos profissionais e ineficácia da sociedade em geral nos modos de compreender e agir, conhecendo os paradigmas das culturas das drogas⁵.

Os avanços pragmáticos atualmente perceptíveis nos campos da prevenção, do tratamento ao uso indevido de psicoativos e também no campo das ciências humanas em geral são notórios, assim como o instrumental teórico e prático construído e adquirido por tais epistemologias. Conquanto, em oposição, o marketing midiático brasileiro sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas, cujos conteúdos e mensagens ideológicas nos remetem ao pensamento puritano e estadunidense proibicionista, aliado às retrógradas concepções morais militaristas norteadoras do período histórico ditatorial (FERRARINI, 1980⁶), impregnadas no senso comum, ajudaram a criar uma atmosfera de terror, medo e pânico moral⁷, onde as estratégias utilizadas para lidar com tal problemática projetam o usuário de substâncias psicoativas à criminalidade, à punição, à liminaridade e exclusão social (SILVA, 2000; DOMANICO, 2006; FERNANDEZ, 2007; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010).

A recente ascensão do crack como droga de abuso na sociedade brasileira tem sido encarada de maneira estigmatizada e quase que insolucionável. A desconfiança dos dependentes sobre

5. Preferimos tratar neste manuscrito o termo cultura no plural, seguindo as recomendações norte-americanas boasianças em relação às diferenças existentes entre as culturas humanas. A presença de similaridades superficiais entre diferentes culturas não constituiriam dados suficientes, segundo o antropólogo Franz Boas, para uma generalização científica dos eventos, comportamentos e características psicológicas individuais daqueles que compartilham de culturas supostamente similares. Assim também, não seria diferente em relação à cultura das drogas, tendo em vista a multiplicidade existente das substâncias, assim como a variedade do consumo das mesmas. Concordamos plenamente com o termo cultura das drogas, fomentado e discutido assiduamente por pesquisadores como Becker, Grund, Velho, MacRae, Oliveira, Domanico, Fernandes, Silva, Melloto, Malheiro, Rui, entre outros, porém, preferimos encarar o termo no plural: "culturas das drogas", partindo do princípio de que existem diferentes culturas de drogas, assim como diferentes usuários, circuitos, administrações, regras, rituais e aparelhagens que favorecem esses consumos.

6. Destacamos aqui o livro de Ferrarini (1980) apenas como um exemplo do desserviço promovido pelo pensamento higienista militar no lidar com a temática, divulgando e distribuindo gratuitamente suas ideias retrógradas num esforço de propagação e demonização da temática entre as classes psicológicas e médicas. Obras como esta contribuíram bastante para o atual estado de pânico moral ao qual nos referimos neste texto e pelo qual vivemos na atualidade.

7. Sobre o conceito de pânico moral consultar os estudos de Stanley Cohen – *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers* – e os de Howard Becker – *Outsiders*, estudos de sociologia do desvio.

a eficácia dos diversos programas de tratamento e o excesso de conhecimentos técnicos e científicos padronizadores de comportamentos inerentes às ciências médicas e naturais são, atualmente, incapazes de lidar eficazmente com os efeitos clínicos e patológicos universais promovidos por tal substância de elevado grau de dependência. Isso impede a mobilização social na busca pelo tratamento e favorece o despreparo assistencial, tanto por parte da sociedade, quanto por parte dos serviços públicos de atendimento (PACHECO, 2004; RAUPP, 2006; MELOTTO, 2009; MALHEIRO, 2010).

A necessidade de compreender o avanço problemático do crack em seu complexo contexto biopsicossocial tem mobilizado não só os estudos voltados ao conhecimento farmacológico, psicológico, epidemiológico, clínico e terapêutico, uma vez que já foi percebido que na atual conjuntura histórica na qual vive a nação se faz imprescindível incluir nesse debate também as ciências humanas; em especial a sócio-antropologia do uso de psicoativos. Tal inclusão justifica-se, ainda, a partir da mobilização da sociedade civil, aterrorizada e em estado de pânico moral, reforçado por propagandas "educativas" alarmistas e reportagens midiáticas no estilo dos tablóides sensacionalistas.

É importante notar que todos estes estudos se tornam importantes na compreensão das diferentes dimensões do consumo de crack. Epidemiologicamente, não existem estudos atualizados acerca do padrão de uso/abuso da população brasileira. Os últimos levantamentos nacionais realizados pelo CEBRID mostraram taxas de uso na vida de crack de 0,7% da população entrevistada, sendo que apenas 0,1% havia realizado uso no mês da entrevista (CARLINI et al., 2006). Em relação aos dados epidemiológicos entre estudantes, foram encontradas taxas de consumo na vida de 0,7% e uso no mês de 0,5%, sendo relatado uso pesado de 0,1% (GALDURÓZ et al., 2004).

Diversas técnicas interventivas e modelos de tratamento têm sido utilizadas para lidar com a dependência do crack. Tais modelos e práticas não têm sido suficientes para dar conta da demanda na-

cional na atualidade. Isso se dá não somente em decorrência do grande efetivo de pessoas que têm buscado os serviços públicos, mas, principalmente, devido às dificuldades cruciais existentes na criação do vínculo entre os serviços e os usuários atendidos, além das baixas frequências na resolução dos casos clínicos mais alarmantes (RIBEIRO & LARANJEIRA, 2010).

A urgente necessidade de atualização do defasado conhecimento epidemiológico sobre o crack parte de demandas da sociedade em geral e da ciência. Exemplos de tais atualizações epidemiológicas encontram-se em curso de desenvolvimento no âmbito nacional, como por exemplo, a pesquisa da FIOCRUZ-SENAD coordenada pelo Dr. Inácio Bastos, e também em nível regional, em particular no estado de Pernambuco, como as pesquisas atualmente aprovadas e coordenadas pela Prof. Dr. Roberta Uchôa, sendo desenvolvidas pelo Grupo de Estudos sobre Álcool e outras Drogas da Universidade Federal de Pernambuco – GEAD/UFPE.

A importância dos estudos epidemiológicos sobre o consumo do crack no Brasil é, sem dúvida, uma necessidade imediata, porém, existem outros parâmetros importantes para o desenvolvimento e melhoria das ações dos profissionais juntamente aos dependentes. Tais diretrizes normalmente não são consideradas. A negligência em relação à eficácia desses métodos é prejudicial, pois costuma construir grandes hiatos fronteiriços entre o mundo dos usuários de drogas e o mundo técnico, clínico e assistencial (PACHECO, 2004; DOMANICO, 2006; DOMANICO, 2007; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010).

Frisamos e destacamos aqui a necessidade de mais pesquisas exploratórias no campo etnográfico e antropológico, que visem revelar os múltiplos perfis dos usos e usuários de crack, suas significações e seus simbolismos em relação à droga, ao corpo, à higiene pessoal, às patologias e enfermidades, aos lugares de venda e consumo das substâncias secundárias e comuns ao uso da “pedra”, assim como os instrumentos utilizados (SILVA, 2000; DOMANICO, 2006; DOMANICO, 2007; RAUPP & ADOR-

NO, 2008; FUGORI JR & SPAGGIARI, 2010; MALHEIRO, 2010; RUI, 2010). Enfim, faz-se necessário o surgimento de mais investigações deste tipo, que consigam destacar e refletir sobre o comportamento humano das diferentes pessoas que utilizam esse psicoativo específico. Nesse momento trataremos, no escopo deste artigo, de estudos que englobam essa perspectiva, reunindo o campo em caráter revisional, e que de alguma maneira podem contribuir na atividade dos profissionais frente ao crack.

Reforçamos aqui o fato essencial e fundamental para o enfrentamento social do problema; a compreensão qualitativa das situações de vulnerabilidade associadas ao consumo desta substância; na tentativa de recuperar as narrativas orais e histórias de vida individuais relativas ao passado e ao presente, além de expectativas ligadas ao estilo de vida e preocupações com o futuro. Esses dados podem servir de subsídios às estratégias de prevenção, que procuram descobrir o grau motivacional do dependente, tanto em relação ao uso, quanto ao desuso ou diminuição do consumo. Os estudos antropológicos e etnográficos direcionados aos usos e usuários de crack podem e devem ser encarados como ferramentas úteis nos trabalhos diários dos profissionais de saúde e assistência, pelo fato de servirem como subsídios para o entendimento do complexo fenômeno. Há, de modo geral, um estado de medo, pânico moral e incompreensão sobre o que fazer com o dependente e com o tratamento a ele direcionado. Como proceder perante o acolhimento e o cuidado para com aqueles que dependem biológica, psicológica e socialmente do crack? Como portar-se de maneira adequada perante o usuário em suas diferentes nuances de uso (experimental, recreativo, problemático e dependente)? Isto é, que tipos de estratégias e modos de ação podem ser construídos diante do contato, da aproximação, do domínio da língua "nativa", da observação e do estabelecimento de vínculos e, assim, conseguir atuar operacionalmente e mais eficazmente diante da prevenção, da redução de danos e do tratamento, quando nosso conhecimento sobre a realidade do uso do crack é insuficiente? (SILVA, 2000; PACHECO, 2004; DOMANICO, 2006; RAUPP, 2006; DOMANICO, 2007; FERNANDEZ, 2007; RUI, 2007; RAUPP & ADORNO, 2008;

MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010; FRÚGOLI JR & SPAGGIARI, 2010; ALMEIDA, 2010; RUI, 2010).

A insuficiência a qual nos referimos reside na falha da abordagem e no acolhimento do usuário, principalmente devido ao desconhecimento de seus símbolos e significações, existindo uma grande dificuldade no desenvolvimento de estratégias de aproximação, estabelecimento e manutenção de vínculo terapêutico. A dinâmica deste processo ainda é operacionalizada pela expressão dos estigmas e posturas não neutras, incompatíveis com o exercício profissional. Tendo em vista a atual defasagem, compreendemos a necessidade de reunir, no escopo revisional deste capítulo, estudos antropológicos e etnográficos, que possam contribuir para o entendimento dos profissionais, principalmente, aqueles atuantes nas áreas da assistência social e da saúde, visando à melhoria dos serviços prestados aos usuários.

Almejamos atingir o objetivo de elencar características da individualidade dos atores pesquisados, demonstrando a diversidade dos discursos e comportamentos dos mesmos, na tentativa de auxiliar estes profissionais no entendimento e na aproximação do universo até então estranho, exótico, imaginado e projetado midiaticamente como de extrema periculosidade. Assim sendo, acreditamos ser possível criar instrumentos eficazes de prevenção e acolhimento, a partir do conhecimento idiossincrático e empírico acerca dos significados e nuances biopsicossociais deste fenômeno, facilitando o exercício profissional e o desenvolvimento de estratégias para lidar com a complexidade da dependência química.

A ETNOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DESCRITOR DOS UNIVERSOS DOS USOS E USUÁRIOS DE CRACK

O antropólogo inglês Bronislaw Malinowski, um pioneiro na elaboração conceitual e metodológica da etnografia, acreditava que os métodos utilizados na recolha do material etnográfico e os resultados da pesquisa deveriam ser apresentados de maneira clara e honesta. Os passos das experiências e uma descrição densa dos instrumentos de análise, assim como a maneira como as

observações foram conduzidas e o tempo gasto com as mesmas, deveriam constar no corpo dos textos. Ele criticava as generalizações que não trazem, em seu bojo, a informação relativa às experiências que conduziram os autores às suas conclusões. A linha científica de análise, que separa os resultados da observação direta e as declarações e interpretações nativas das inferências do autor baseadas no seu senso comum e capacidade de penetração psicológica, só pode ser traçada com base nessas fontes etnográficas de intenso valor científico (MALINOWSKI, 1978).

Ainda, segundo Malinowski, na etnografia, o autor é o seu próprio cronista e historiador. Suas fontes são acessíveis, porém, dúbias e complexas. Não estão materializadas em documentos fixos e concretos, mas sim no comportamento e na memória dos homens vivos. O segredo do verdadeiro trabalho de campo está na magia do etnógrafo, que se torna capaz de evocar o verdadeiro espírito dos nativos. É preciso que o etnógrafo lance as redes no local certo, mas também se inspire no conhecimento dos resultados mais recentes da pesquisa científica, nos seus princípios e objetivos. Isso não significa estar munido de idéias preconcebidas, pois as mesmas são prejudiciais (idem).

Para Malinowski, a etnologia induziu lei e ordem no mundo nativo, que parecia caótico e desordenado. Transformou esse mundo fantástico, bravo e imperceptível dos selvagens num certo número de comunidades bem ordenadas, governadas por leis, comportando-se e pensando segundo princípios consistentes. O termo selvagem era conotado com idéias de liberdade desenfreada, de irregularidade, de algo extraordinário e bizarro. A etnologia mostrou que as instituições sociais dos selvagens têm uma organização muito definida, e que são governadas pela autoridade, lei e ordem nas suas relações públicas e pessoais, estando estas últimas, para além disso, sob o controle de laços complexos de parentesco e de pertença clânica (ibidem).

O complexo método etnográfico, de acordo com Marisa Peirano (1995), não pode se limitar a uma simples técnica de coleta de dados. Ele deve ser encarado, além de tudo, como um procedi-

mento de implicações teóricas específicas. O texto etnográfico surge a partir do diálogo entre a teoria acumulada da disciplina e o confronto com uma realidade que traz novos desafios, para ser entendida e interpretada. A antropologia se renova através da pesquisa de campo e a pesquisa de campo implica um confronto entre as diferenças.

Nas ciências humanas e sociais sabe-se que o objeto, as pessoas e as suas relações, têm significados próprios. Os atores dão sentido e significado às suas práticas. O objetivo último do método etnográfico é justamente captar esses significados. Este método, presumivelmente, permite ao investigador fazer perguntas e descobrir respostas que se baseiam nos fatos estudados, e não em preconceitos do investigador. As perguntas são feitas a partir dos interesses e dos contextos dos atores estudados. Essa é para mim uma característica fundamental do método etnográfico – a descrição do outro, na sua própria perspectiva (perspectiva émica). E para isso, é fundamental ao recurso à observação participante e, claro, a inserção no mundo social dos sujeitos estudados para averiguar o que significa ser membro desse mundo (VIEIRA, 1998: 50-51).

Uma descrição densa é preconizada, há tempos, por Clifford Geertz (1973) na antropologia cultural americana. Tal autor afirmava, inspirando-se nos pensamentos de Gilbert Ryle, que o método etnográfico, ferramenta principal da antropologia moderna e pós-moderna, nada mais seria do que uma vasta descrição dos sistemas culturais, cuja aplicação legitima a análise antropológica como forma de conhecimento. Praticar etnografia é se deparar com um complexo metodológico, cujo objeto é amplamente estudado a partir da produção, percepção e interpretação.

Ao considerar a etnografia como essencial diante das experiências pessoais e observações antropológicas, Rupert Sheldrake (1993: 211) afirma que “a experiência direta é a única maneira

de obter uma compreensão que não é somente intelectual, mas também intuitiva e prática, envolvendo sentidos e o coração, bem como a mente racional". Nesta mesma perspectiva, James Clifford (1998) faz uma reflexão acerca do trabalho de campo etnográfico como "um método notavelmente sensível". O método e os dados levantados durante a pesquisa, na verdade, são construídos a partir da vivência.

Assim sendo, os códigos nativos são estudados na busca de padrões, interpretados e escritos em densos códigos científicos. Códigos que revelam a sistematização do pensamento nativo, pois a antropologia sempre se preocupou em estudar o diferente, o exótico e o distante. A etnografia é um meio eficaz de se chegar a esses padrões do comportamento. Antropólogos e etnólogos trabalham com grandes questões, mas tentam partir do micro para entender o macro (GEERTZ, 1973; MACRAE, 2004; MELLOTO, 2009; FRÚGOLI JR & SPAGGIARI, 2010; MALHEIRO, 2010). A etnografia é, então, a ferramenta fundamental para se atingir a lógica implícita do pensamento selvagem (STRAUSS, 1989).

E nas cracolândias? Locais de venda e consumo de crack? Ou até mesmo nas "selvas de pedra", como muitos costumam chamar? Territórios estranhos. Urbanisticamente mal projetados e historicamente preconceituados (NAPPO, 1996; SILVA, 2000; DOMANICO, 2006; OLIVEIRA, 2007; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010; FRÚGOLI JR & SPAGGIARI, 2010; RUI, 2010). Como é possível decifrar e entender a lógica imanente do pensamento ali existente? Afinal, que lógica pode existir nestes espaços, se o encaramos como perigosos locais de violência, desordem, baderna, inconsciência, miséria, calamidade, epidemia, morte e autodestruição? Pensamentos norteados por um estado de pânico moral, que atemorizam a população e inviabilizam tantas outras ações mais eficazes e muitas vezes não realizadas por ONG's, igrejas e demais associações de amparo, governamentais ou não. O pânico também inviabiliza a justiça, a defesa e a assistência social.

Os "nativos" que frequentam ou permanecem em tais espaços são encarados como bárbaros ou meros do que isso. Afinal, eles

estão na "Idade da Pedra"! Agora, usuários de crack são vistos como Neandertais! O pânico moral nos faz pensar que os mesmos regrediram quase cem mil anos na cronologia da história humana. Concorde e ainda reforce esta idéia publicamente, como fazem algumas propagandas midiáticas alarmantes e de circulação popular, nos remete ao absurdo das comparações, rebaixamentos e generalizações, além da negação implícita de que os mesmos são nossos contemporâneos (SILVA, 2000; DOMANICO, 2006; RAUPP, 2006; FERNANDEZ, 2007; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010; FRÚGOLI JR & SPAGGIARI, 2010; ALMEIDA, 2010). Tal concepção estimula ainda mais o estigma, reforçando a falsa idéia de que eles não são do nosso tempo atual e, por tal, "inferiores a nós".

Segregar pessoas representa um absurdo incongruente, bem como, a tentativa de segregação, deslocando e retrocedendo o indivíduo dito "inferior" no tempo cronológico da espécie humana, para nós, é inconcebível, por mais que eles (nativos) sejam "diferentes" fisicamente de nós (observadores). Mas, lembremos, Neandertais contemporâneos. Isso é possível? Cracolândias horizontais, em espaços abertos ou não, existem no meio de ruas e avenidas de bairros de distintas classes sociais (RAUPP & ADORNO, 2008; MALHEIRO, 2010; FRÚGOLI JR & SPAGGIARI, 2010). Nas praças, calçadas, matagais e terrenos baldios, à mostra ou às escondidas, elas sempre estarão lá. Cracolândias verticais, que ocupam prédios e casarões abandonados (MALHEIRO, 2010). O consumo, nestes contextos, é feito às escondidas, existindo um controle maior de acesso, venda e uso da substância (SILVA, 2000; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010). Cracolândias imaginárias, pois os lugares e as regras de conduta existentes nestes espaços persistem na mente destes sujeitos, mesmo quando os mesmos não estão ali (RAUPP & ADORNO, 2008; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010; FRÚGOLI JR & SPAGGIARI, 2010). Diferentes cracolândias freqüentadas por diferentes pessoas, em múltiplos contextos e histórias de vida; pessoas que também se classificam; pessoas que se distinguem e se preconceituam (SILVA, 2000; ZALUAR, 2004; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010). Pessoas que elaboram categorias e estratégias; pessoas

que querem viver ou querem morrer (MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010; ALMEIDA, 2010). Pessoas que sentem dores, amores, vontades e medos; enfim, simplesmente pessoas!

Dada a complexidade destes contextos, como é possível ao etnógrafo analisar descritivamente a lógica, ou melhor, a congruência dentro da incongruência? Ele, simplesmente, não pode esquecer o fator humano. Os "nativos" que ali estão não deixaram de ser humanos e nem perderam tal essência devido ao uso de pedras derivadas da cocaína. Debilitados? Sim! Para muitos, isto é uma realidade aparente, mas mesmo estes não deixaram de ser humanos. E como tais, são construtores de categorias, realidades, mundos, ferramentas, classificações, imagens, narrações e estratégias de vida ou de morte tanto para usar, suspender ou parar de consumir o crack (DOMANICO, 2006; DOMANICO, 2007; RAUPP & ADORNO, 2008; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010; ALMEIDA, 2010).

Louváveis são os esforços de alguns pesquisadores brasileiros que se aventuraram nas "Selvas de Pedra", utilizando-se do método antropológico etnográfico. Destacamos aqui, em ordem cronológica, quatro teses de doutoramento⁸, três dissertações de mestrado⁹, um trabalho de conclusão de curso, quatro artigos científicos publicados em revistas acadêmicas e um artigo apresentado em congresso científico de alcance nacional e internacional. Essas produções foram comumente encontradas nas áreas de antropologia, porém, como veremos, alguns autores utilizaram-se da etnografia nos estudos da saúde pública, da medicina e da psicologia clínica, o que nos mostra, além da eficácia qualitativa do método, o possível alcance e a utilização pragmática do mesmo na inclusão, condução e análise de outras disciplinas, que se permitam lidar com tal fenômeno.

8 Uma delas – a de Osvaldo Fernandez (2007) – não trata diretamente do crack, mas traz uma forte discussão antropológica sobre os usuários de cocaína.

9 Sendo que uma delas – a de Roberto Pacifico (2004) – não aborda diretamente o fenômeno do crack, mas traz a questão da distância e fronteiras existentes entre o tratamento e o mundo dos usuários de psicoativos.

A tese de doutorado de Solange Nappo aparece cronologicamente como carro chefe destes esforços etnográficos. Denominada "Baquêros e Craquêros: um estudo etnográfico sobre o consumo de cocaína na cidade de São Paulo", o trabalho, em Psicobiologia, foi defendido no ano de 1996, na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. A autora investiga etnograficamente os usuários de baque (cocaína administrada por via endovenosa) e de crack (cocaína administrada por via pulmonar), na tentativa de refletir sobre as significações e crenças nativas a respeito destas drogas, dos efeitos causados nas vidas dos consumidores, das doenças adquiridas, das necessidades individuais, das dependências, dos históricos familiares, dos usos passados de drogas, dos usos atuais de outras substâncias e das expectativas de futuro. Ela se preocupa com o ponto de vista do usuário sobre si, buscando encontrar tipologias baseadas nas características comuns dos consumidores tanto de baque, quanto de crack.

Nappo (1996) chega à conclusão de que os baquêros são consumidores compulsivos, sejam os mesmos funcionais ou disfuncionais. Os baquêros compulsivos-funcionais, que usam de forma intensa a cocaína por via endovenosa, conseguem manter alguma ligação com a vida formal. O elo com a família, com os estudos e com o trabalho, nestes casos, age como mecanismo controlador para o consumo descontrolado. Entretanto, os resultados da pesquisa apontam que os usuários de crack estariam mais predispostos ao envolvimento com atividades ilícitas, perdendo facilmente o vínculo com a vida formal.

Dois anos antes da defesa de sua tese, Nappo realizou um estudo intitulado "Uso de crack em São Paulo: fenômeno emergente?", utilizando-se também do método etnográfico para traçar o perfil dos usuários. A pesquisa mostrou a faixa etária juvenil de consumo, que na época representava os jovens menores de vinte anos de idade e pertencentes às mais diversas classes sociais. Este trabalho também revelou o crack como uma droga anti-

social, que leva à degradação física e ao isolamento do usuário, não mais preocupado com o corpo, com a higiene pessoal e com os relacionamentos afetivos. O efeito paranóia ou "nóia" percebido após o consumo da substância, para a autora, sempre levaria o usuário à marginalização (NAPPO, 1994).

Encontramos pouco, ou quase nada, na década de 1990, sobre a etnografia do crack na área de sociologia. A exceção é o livro de Marco Antônio Uchôa, denominado "Crack. O Caminho das Pedras", publicado em 1996. Embora esteja ausente na obra esclarecimentos sobre o método etnográfico aqui discurrido, o autor elabora um panorama geral das trajetórias do crack, desde o surgimento da pedra nos Estados Unidos até a chegada ao Brasil, quando passou a ser disseminada entre as populações de baixa renda e que, atualmente, pode ser encontrada em todas as classes sociais. Em 1998, Uchôa já indicava possibilidades e clínicas de tratamento por todo o Brasil, além de disseminar a questão do controle exercido pelo narcotráfico ao impedir ou facilitar a entrada da droga na "mecânica" do crime organizado.

Na época do estudo, alguns narcotraficantes não comercializavam o crack, pois acreditavam que a presença da pedra atrapalhava os outros negócios relativos à venda de maconha e cocaína, seguindo a crença simbólica de que o crack mataria mais rápido a clientela e os vendedores teriam que correr atrás de novos consumidores (UCHÔA, 1996).

Na realidade atual, encontramos uma dinâmica bastante diferente, quando vemos o crack gerar um lucro cada vez mais imediato, instantâneo e de longo alcance. Outras drogas como a maconha, por exemplo, não dão tanto lucro assim e, por isso, poucos se arriscam em transportar ou armazenar grandes quantidades da erva, sendo características de risco econômico o volume, a qualidade e a renda minoritária adquirida com a ilícita transação. Além disso, entre os usuários de maconha, novas estratégias de proteção, como o cultivo caseiro para consumo, atualmente, passa a ser visto como uma forma de combater o narcotráfico, inviabilizando ainda mais o comércio ilegal (VIDAL, 2010).

Seguindo a ordem histórica das produções textuais etnográficas brasileiras aqui descritas, discorreremos agora sobre a obra de Selma Lima da Silva, que defendeu no ano de 2000 a dissertação "Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack", apresentando-a a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – SP, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Práticas de Saúde Pública. Silva (2000), logo nas primeiras páginas do texto, reflete e afirma que o conhecimento sobre os usos e os efeitos das drogas não é exclusividade dos peritos. Ela reconhece o fluxo cognitivo nativo, envolvendo sabedorias e práticas comuns ao consumo das drogas e encontra em Howard Becker (1977) argumentos para tal afirmação.

Nesse sentido, usuários de drogas compartilhariam das culturas das drogas, nas formas de se prevenir e de se proteger; no modo de escolha dos lugares e das companhias; na transmissão de informações a respeito das drogas e seus efeitos; na confecção, aprendizado e na distribuição de instrumentos para o consumo; e, outras preocupações como a qualidade das substâncias, procedências e redução dos efeitos indesejados. Lembrando que existe uma forte interação entre a cultura local e a cultura das drogas, mesmo porque ambos os mundos caminham lado a lado e em interação, não podendo ser dissociados e pensados em separado.

Silva (2000) aprofundou a histórica relação culturalmente construída entre o uso de drogas e a prostituição, seguindo a perspectiva de que o pensamento moralista nacional sempre acusou as prostitutas de serem aliciadoras, conhecedoras dos vícios e disseminadoras de calamidades sociais como pestes, doenças e dependências. Esse estigma incorporado à figura da prostituta, segundo Silva, teria sua origem na existência dos comportamentos desviantes da sociedade, encarados como verdadeiros tabus. A autora também critica o discurso higienista e sanitário de limpeza e erradicação daquilo que mancha a sociedade. Tal discurso acabou por se tornar o normatizador da ordem e, desta forma, o padronizador dos comportamentos, sendo o respon-

sável pelas perseguições aos diferentes, àqueles que destoam, aos disformes e não classificáveis. A autora também afirma com veemência que o processo civilizador cria historicamente zonas de segregação, sempre procurando eliminar os indesejáveis e as classes perigosas.

Utilizando-se da Teoria do Desvio e buscando suas inspirações em Gilberto Velho (1975), Silva (2000) nos mostra como a sociedade escolhe os desviantes. Desviantes tais que não deixam de pertencer às culturas locais, por mais que o sistema excludente queira isolá-los. Outsiders que freqüentam historicamente os territórios psicotrópicos, que seriam representados pelas áreas de vulnerabilidade social, onde o alerta e a atenção sempre foram necessários (MALHEIRO, 2010). A autora também encara as crackolândias como tal, lugares de liminaridade e de marginalidade, historicamente construídos pelo processo civilizador, e que influenciam diretamente nos efeitos do crack. Tais espaços seriam responsáveis, em parte, pela sensação da "nóia" experimentada universalmente entre àqueles que consomem a pedra¹⁰ (DOMANICO, 2006; RUI, 2007; FRUGOLI JR & SPAGGIARI, 2010). Os usuários sabem, ao seu modo, se cuidar e se proteger, partindo da cultura geral (mariqueista e excludente). A cultura do uso do crack e os efeitos do mesmo em seus corpos são assim conhecidos e disseminados entre os próprios usuários. Quase sempre fumam a pedra em grupo. Poucas vezes o consumo é solitário (MALHEIRO, 2010).

O uso de outras substâncias além do crack, comuns às vidas destes consumidores, foi visto por Silva (2000) como estratégias vitais construídas coletivamente para lidar com os efeitos indesejados da pedra. Cigarros, álcool, leite e maconha são as substâncias mais comuns. As cinzas dos cigarros são guardadas e usadas para dar volume, quando se fuma o crack nas latas ou em cachimbos artesanais. Já o álcool, principalmente a cachaça, é eficiente para rebater os efeitos psicoativos da pedra e molhar a garganta, que fica muito seca. A maconha é fumada junto ou

10 De acordo com Fernandez (2007), a sensação de paranóia é comum também entre usuários de cocaína, entretanto, inspirado pelas teorias de Zinberg (1984), Fernandez também reforça a influência do complexo biopsicossocial para a manifestação destes efeitos.

separada do crack, pois seus efeitos causam fome e sono, permitindo momentos de descontinuidade do uso, criando instantes e contextos direcionados para os cuidados individuais, tais como: alimentação, asseio e descanso (DOMANICO, 2006; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010; FRÓGORI JR & SPAGGIARI, 2010; RUI, 2010).

O leite é visto universalmente como substância purificadora e redutora dos danos causados pelo crack ou pela cocaína. De acordo com Silva (2000), foi identificada a criação de estratégias de abstinência dia sim e dia não. Também a alimentação pode ser vista como estratégia de redução de danos, pois ao comer afirma-se a diminuição da vontade de fumar. O senso comum dos usuários aponta que a crença do consumo da pedra em jejum pode causar overdose. Outra estratégia de redução (suspensão momentânea) consiste em não frequentar lugares de uso assíduo. A autora afirma que o narcotráfico também pode exercer controle quanto ao consumo da droga, visto que, para ser um pequeno traficante, o usuário tem que administrar uma relação controlada com o crack, sendo do controle natural do narcotráfico eliminar aqueles que fumam mais do que vendem (MALHEIRO, 2010).

As concepções nativas a respeito das patologias estariam ligadas diretamente à corporeidade. Ser magro é ser doente. Ser gordo é estar sadio (SILVA, 2000). Doença que se tem é a doença que se vê. Saúde e doença, nesta concepção nativa, estariam ligadas às aparências físicas dos sujeitos. A dificuldade de acesso aos serviços públicos seria o fator fundamental para a procura por tratamentos alternativos e automedicação por parte destas pessoas, quando buscam algum tipo de cura corporal.

As divergências e conflitos entre as concepções nativas sobre saúde, doença, dependência e tratamento foram bem trabalhadas na dissertação de mestrado em antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, defendida no ano de 2004 por Roberto Pacheco e intitulada "Poeira de Estrelas. Símbolos e discursos entre usuários de drogas e seus terapeutas em Recife". Mesmo

não lidando diretamente com a temática do crack e sim com o uso de drogas em geral, Pacheco (2004) nos mostra as principais características, que inviabilizam o intercâmbio de informações e ações entre o mundo do drogadicto e o de seus terapeutas. Escrita na forma de romance e inspirada nos teóricos do imaginário, a dissertação de Pacheco procurou mostrar as interações simbólicas entre dois grupos estudados: os impacientes (aqueles que não procuram o tratamento) e os terapeutas dos serviços de atendimento (psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais).

Ele descobriu a pluralidade comum aos usuários de drogas com os quais dialogou, identificando as complexidades dos usos, motivações e efeitos adversos promovidos pelas substâncias. No entanto, seguindo a lógica do autor, a suposta debilidade sentida corporalmente pelo consumo de alguns psicoativos não incapacita os sujeitos à livre criação, à imaginação e ao ensino-aprendizado, comuns nestas dinâmicas sociais (VELHO, 1975; BECKER, 1977; GRUND, 1993; MACRAE, 2004). Estes saberes nativos muitas vezes não são conhecidos, nem tampouco aproveitados positivamente pelas dinâmicas psicopatológicas, que não encaram o dependente como parceiro no tratamento.

Pacheco conseguiu descrever como os saberes-poderes norteadores das práticas terapêuticas eram rótulos e estereótipos danosos no que tange ao tratamento para com o usuário de drogas. Tais concepções inviabilizariam ainda mais o contato e a interação entre os dois grupos pesquisados, criando idéias de desconfiança e desacordos, pois os mesmos não falam as mesmas línguas. O objetivo da dissertação do autor foi o de fornecer um caleidoscópio de imagens relativas ao sujeito usuário de drogas, sendo o consumo destas substâncias encarado como maneiras de se estar no mundo. Seriam formas de expressão dos sujeitos no mundo e derivativos da nossa condição humana. Conclui seu trabalho ao afirmar, que as formas terapêuticas de tratamento mostraram-se "cientificamente questionáveis, politicamente determináveis, moralmente estigmatizantes e terapeuticamente ineficazes", devido à falta de diálogo entre estes dois mundos distintos (2004: 183).

Nossa explanação cronológica das etnografias e estudos antropológicos sobre usos e usuários de crack nos conduz agora ao ano de 2006, quando foi publicada a tese de doutorado em antropologia intitulada "CRAQUEIROS E CRACADOS: BEM-VINDO AO MUNDO DOS NÓIAS! Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil", cuja autoria é de Andrea Domanico, que a defendeu na Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais. A pesquisa de Domanico (2006) não se serviu apenas da etnografia mediante a obtenção qualitativa e quantitativa dos resultados e conclusões, mesmo reforçando a importância crucial da mesma para a disciplina antropológica. Utilizou-se de outros métodos de pesquisa, numa espécie de técnica combinada, que incluía visitas às organizações focos de análise, entrevistas, observações do trabalho de campo das instituições, assim como suas atividades internas, discussões em grupo e coleta de dados documentais, como relatórios e outros documentos internos.

Domanico teve por objetivo investigar antropologicamente os mecanismos de implantação e desenvolvimento de estratégias de redução de danos relativos ao uso do crack. Ela observa e discute a respeito dos cinco projetos-piloto existentes no Brasil, na época, para lidar com os usuários deste psicoativo, todos financiados pelo Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. A autora acredita ser possível um uso seguro do crack, porém seria preciso levar em consideração algumas especificidades. Domanico afirma que a existência e a continuidade desses projetos-piloto teriam o objetivo de prevenir e reduzir a propagação de doenças entre os usuários. Grande parte dessa disseminação direta de patologias estaria ligada a formas indevidas de consumo, ou seja, ao compartilhamento de objetos e equipamentos para o uso da substância (RUI, 2007; MELLOTO, 2009; RUI, 2010). A pesquisa de campo tentou avaliar o mecanismo de implantação desses projetos, revelando possíveis aceitações, eficácias e entraves no que tange às suas execuções.

O texto de Domanico (2006) também nos mostra um panorama geral sobre a história do crack, tanto a nível nacional, quanto internacional, ao mesmo tempo em que reflete sobre os diversos contextos de um período histórico brasileiro específico, no qual existiu uma grande mobilização do governo e da sociedade civil frente à epidemia de HIV. Em decorrência, alguns empréstimos governamentais foram obtidos com o Banco Mundial, na tentativa de dar uma resposta à pressão social, que exigia o tratamento dos casos e a erradicação de tal epidemia. Domanico também refletiu sobre o histórico das práticas de redução de danos no mundo e no Brasil e sobre a implementação dos projetos direcionados ao uso indevido do crack, que tem como objetivo evitar a propagação e a disseminação de patologias infecciosas entre os usuários.

A supracitada autora apresentou os motivos funcionais, que atrapalham e dificultam as estratégias de redução de danos para usuários de crack, encontrando na burocracia logística e orçamentária institucional o motivo para as inoperâncias, divergências, privilégios e monopólios de propostas sociais, cujo período é identificado por Domanico como a fase da "ditadura de projetos". A tese ainda traz observações sobre a exclusão social vivenciada pelos usuários da pedra, nos remetendo às questões teóricas a respeito do pânico moral, além de propor debates e discussões das estratégias para reduzir os danos causados pelo uso indevido de drogas, tendo em vista que tais mecanismos trabalham em prol da garantia dos direitos à saúde dos sujeitos consumidores de psicoativos.

Também à Universidade Federal da Bahia, foi apresentada no ano de 2007, a tese de doutorado em Ciências Sociais de Osvaldo Francisco Fernandez, cujo título nos remete claramente ao seu objeto de estudo: "Coca-Light?: usos do corpo, rituais de consumo e carreiras de "cheiradores" de cocaína em São Paulo". Utilizando-se, principalmente, do método etnográfico, Fernandez (2007) mostrou alguns modos e padrões de uso da cocaína

inalada na cidade de São Paulo. Apesar do consumo do crack não ter sido o foco principal da análise em questão, o mesmo foi considerado transversalmente como uma das formas de uso da cocaína, apesar da administração via pulmonar, proveniente da combustão do mesmo pó psicoativo – adicionado a outras substâncias tóxicas – na forma de pedra. O autor destacou e discutiu a respeito das carreiras dos cocainômanos¹¹ e a influência da droga em suas estruturas de vida.

A utilização do crack, segundo alguns indivíduos, faz parte dessa carreira da cocainomania, porém, uma carreira quase sempre sem volta (NAPPO, 1996; OLIVEIRA, 2007; RUI, 2007; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010). O crack surge como uma forma mais barata de cocaína, alcançando os mais jovens e tornando-se mais popular entre as classes sociais menos favorecidas, porém, Fernandez (2007) verifica e afirma a possibilidade da existência de um uso controlado entre os usuários da pedra e que tais estratégias são disseminadas pela cultura desta droga, como visto no trabalho de Silva (2000). A identificação das regras e dos rituais inerentes ao consumo da cocaína é uma constante no trabalho de Fernandez, estando o mesmo atento às formas controladas e moderadas de uso.

Ele construiu os seus suportes epistemológicos e fenomenológicos, principalmente, aderindo-se aos pensamentos teóricos de Howard Becker (1977), Norman Zinberg (1984) e Jean Paul Grund (1993). A tese trouxe a história de vida de onze usuários oriundos de diferentes classes sociais, estilos de vida e redes de relacionamento, porém, todos eles foram encontrados e contatados nos distintos territórios inclusos no circuito paulista do pó. A principal modalidade de consumo encontrada por Fernandez (2007), em sua amostra, refere-se à recreação e às festividades, enquanto a minoria dos seus informantes fazia uso do pó como estimulante para realização de trabalhos e demais atividades formais. As duas formas de consumo foram destacadas e vislumbradas em suas regras implícitas para auto-regulação do uso.

11 Entende-se como carreira de um usuário de drogas o histórico pessoal de contato com a substância, suas experiências iniciais, vínculos com outros dependentes e funções sociais que passam a ocupar nas culturas das drogas (MALHEIRO, 2010; SILVA, 2000; FERNANDEZ, 2007; MELLOTO, 2009).

Fernandez ainda conseguiu evidenciar o *ethos* dos usuários de cocaína, traçando um paralelo comportamental dos mesmos, no que tange à sexualidade e às performances de gênero.

Ainda no ano de 2007, Lúcio Garcia de Oliveira defendeu sua tese de doutorado em Ciências pela Escola Paulista de Medicina. A obra intitulada "Avaliação da cultura do uso de crack após uma década de introdução da droga na cidade de São Paulo" analisa os dez primeiros anos de consumo da pedra na megalópole brasileira. Norteados também pelos recursos teóricos e antropológicos da *ethnografia*, o autor realizou uma investigação das características culturais comuns ao uso da pedra, tentando estabelecer comparações funcionalistas entre as culturas do crack nas cidades de Barcelona e São Paulo. Oliveira (2007) questionou, em sua tese, se a cultura do uso desta substância estaria relacionada diretamente às culturais locais, onde os consumos acontecem, ou seria parte de um fenômeno universal inspirado nos efeitos da cocaína inalada via pulmonar.

Seguindo a linha de análise da sua orientadora, Dra. Solange Nappo, o autor traçou o perfil dos usuários, afirmando que a grande maioria destes é composta por jovens pertencentes ao sexo masculino e às camadas mais populares. Seriam aqueles indivíduos sem oportunidades na vida, com pouca escolaridade e que não compartilhariam de vínculos sociais ou empregatícios formais. Usuários pertencentes às classes mais abastadas e/ou mulheres, de acordo com o autor, existiriam neste universo em proporções diminutas. Oliveira chegou às mesmas concepções de Nappo (1994) ao revelar interpretações e reflexões nativas de que o crack é visto como uma droga de "fim de linha". O padrão de uso, em sua maioria, foi universalmente classificado como do tipo "binge", identificado pelo constante consumo da pedra, que pode se prolongar por horas e até mesmo dias seguidos.

A pesquisa de Oliveira (2007) também revelou que o uso contínuo do crack só é interrompido por falta de dinheiro ou debilidade corporal do sujeito consumidor. No que tange à dificuldade

12 Seria comum à realidade dos usuários europeus o uso de heroína e metadona (OLIVEIRA, 2007).

financeira, o autor afirma que os usuários costumam praticar atividades fora da lei e/ou atípicas. As principais atividades seriam furtos, roubos, assaltos, coleta de lixo, tráfico de drogas e prostituição (feminina ou masculina), que pode acarretar uma incidência e disseminação maior de HIV e DST's. O uso de outras substâncias como o álcool, o tabaco, a maconha, a heroína e a metadona¹² fez o autor classificar os usuários de crack, tanto em São Paulo quanto em Barcelona, como politoxicômanos. As variações e as técnicas de consumo também são apresentadas no trabalho. Oliveira chegou à conclusão de que as semelhanças diretas e superficiais entre os usos de crack nos dois contextos observados, Barcelona e São Paulo, são produtos diretos da cultura do crack, pouco sendo influenciadas pela cultura local onde o uso se insere.

Tal conclusão contraria diretamente as considerações clássicas, modernas e pós-modernas da antropologia, visto o cunho generalizante, que desconsidera o complexo biopsicossocial do fenômeno da drogadição. Acreditamos na influência direta desse complexo, tanto em relação ao uso, quanto em relação aos efeitos, controles e potencialidades de todas as substâncias imersas nos sistemas culturais e sociais. Considerar apenas o caráter químico e biológico como norteador de culturas e comportamentos, dentro desta concepção, nos parece inconcebível, irreleva a particularidade e a pluralidade, visto que cada caso é um caso, e cada local, estado, país ou continente apresenta casos específicos de como lidar com a venda, consumo, efeitos, qualidades e procedências das drogas utilizadas. É importante lembrar que o crack e a cocaína utilizados na Europa, não são os mesmos dos utilizados em São Paulo, que porventura, não serão os mesmos daqueles consumidos nas regiões norte, nordeste, centro oeste e sul do Brasil. Sabemos que quanto mais a cocaína e o crack circulam, mais aditivos indevidos são colocados, e a pureza das substâncias é comprometida (DOMANICO, 2006; FERNANDEZ, 2007; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010; ALMEIDA, 2010). Conveniente também é lembrar a pluralidade de crenças e culturas existentes nestes distintos contextos sociais.

Os autores Lucianne Raupp e Rubens Adorno publicaram, no ano de 2008, na Revista "Ciência & Saúde Coletiva" da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, o artigo denominado "Circuitos de uso de Crack na Região Central da Cidade de São Paulo". O manuscrito traz muitas reflexões, principalmente, a respeito da flexibilidade geográfica dos circuitos paulistas do crack, transferidos e deslocados com ampla facilidade. Novas cracolândias se formam a cada dia na cidade, mesmo quando se tenta "limpar socialmente" determinadas áreas estigmatizadas pelo consumo da pedra. Os usuários são passivos à violência – seja por parte da polícia, seja por parte dos comerciantes locais que se vêm ameaçados e prejudicados pelo fluxo contínuo nas proximidades de seus estabelecimentos – e simplesmente se deslocam em massa para outras localidades.

Raupp & Adorno (2008) também discorreram a respeito das cracolândias, assim como visto anteriormente em Silva (2000), como territórios psicotrópicos, onde permeiam diversas redes e relações sociais. Lugares de marginalidade e vulnerabilidade, mas que nem por isso deixam de compartilhar regras de conduta, códigos comportamentais, trocas de informações, padrões de uso e cuidados (SILVA, 2000; DOMANICO, 2006; MELLOTO, 2009; MALHEIRO, 2010; FRUGOLI JR & SPAGGIARI, 2010). Raupp & Adorno (2008) concordaram que existe uma sobrevivência ou até uma sobrevivência nos estados de risco social e reforçaram a impossibilidade de homogeneizar os usuários de crack, tendo como suporte teórico a teoria de Norman Zinberg (1984) sobre a influência dos fatores geográficos, ambientais, sociais e individuais, mediante o efeito de todas as substâncias psicoativas.

Raupp & Adorno (2008) explicitam a descrença no serviço social e na eficácia dessas homogeneizações científicas da vulnerabilidade, principalmente em se tratando dos moradores das ruas. Foi estabelecido que nem todo morador de rua é usuário de crack. Outra observação interessante foi a relação apontada pelos autores no que tange aos menores em situação de rua e as drogas que experimentam e/ou utilizam cotidianamente, sendo o uso de tais substâncias encarado como um rito de passagem entre os

grupos em risco social. Os mesmos autores também afirmaram que o consumo do crack já se tornou, há tempos, uma prática comum, inserida no cotidiano do centro da cidade de São Paulo, lugar onde o processo urbano agravou o quadro social.

Na tentativa de acompanhar os circuitos percorridos pelos usuários e suas dinâmicas, Raupp & Adorno chegaram à conclusão de que toda a análise destes circuitos se mostrará provisória devido a flexibilidade geográfica dos mesmos. Os autores identificaram, entre os usuários, padrões nocivos diante do uso das drogas, que os expõem aos riscos, mas também deixaram claro a aparente escassez de outras fontes de prazer além do crack, não disponíveis a esses indivíduos em vulnerabilidade, que demonstraram estar conscientes acerca de que o prazer proporcionado pela pedra diminui ou acaba com outros prazeres da vida. O prazer inicial que o sujeito atingiu com a droga, de acordo com os autores, transforma-se num prazer perdido, imaginado no passado, utópico, platônico e inalcançável.

Em maio de 2009, foi defendida, pela pesquisadora Patrícia Melloto, a dissertação de mestrado em Antropologia Social denominada "Trajetórias e usos de crack: estudo antropológico sobre trajetórias de usuários de crack no contexto de bairros populares de São Leopoldo - RS". Apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, este trabalho etnográfico direcionou sua atenção aos bairros periféricos do município de São Leopoldo, nas proximidades de Porto Alegre. Antes de tudo, Melloto (2009) nos mostrou, em sua etnografia, que o atual tratamento midiático e científico em relação ao consumo do crack, encarado como uma epidemia social, reforça, como já apresentado, o estado de pânico moral percebido atualmente na sociedade brasileira, entretanto, este momento histórico de medo e caos também pode favorecer, como vem favorecendo, novos espaços para que a temática seja discutida.

A autora trouxe reflexões sobre as posturas moralistas que dificultam o tratamento do usuário, principalmente no que emerge do discurso médico-psiquiátrico, visando unicamente à absti-

nência dos indivíduos, alegando o status utópico e higienista globalizante de "pureza da consciência", que precisa ser terapêuticamente atingido. Acontece que muitos sujeitos não querem e nem manifestam vontade em abster-se imediatamente. Dessa forma, como vimos em Pacheco (2004), crescem os muros, pontes, hiatos e fossos fronteiriços entre os setores de acolhimento-tratamento e os usuários de drogas. Fronteiras que poderiam ser reduzidas e de fluxo facilitado, ao serem aderidas as estratégias de redução de danos, que procuram encarar o paciente como parceiro no tratamento.

Melloto (2009) também trouxe à tona os conceitos e o histórico da redução de danos, desde as primeiras iniciativas na Inglaterra em 1920 até o surgimento da epidemia de HIV nos anos oitenta, assim como as práticas de distribuição de seringas descartáveis e de preservativos entre os UDI¹³ no Brasil, como foi visto em Domanico (2006) e Fernandez (2007). Melloto (2009) ilustrou etnograficamente as carreiras ou, como preferiu, as trajetórias dos antigos usuários de drogas injetáveis, principalmente os baquêros¹⁴, investigados por Nappo em 1996. Esses antigos usuários de cocaína injetável apresentaram uma atual preferência de utilizar o crack, uma forma nova de administração da substância, supostamente mais segura devido aos estigmas corporais promovidos pelas injeções e as patologias que podem facilmente adquirir ao compartilharem seringas descartáveis.

Entre os sujeitos investigados por Melloto (2009), o crack era construído socialmente e classificado a partir da comparação com outras substâncias. Seriam comuns, nesta categorização nativa, as oposições entre drogas lícitas e ilícitas, drogas leves e pesadas. Estas, segundo Melloto, seriam o principal padrão de classificação nativa a respeito do crack e de outras drogas. Existiria uma ênfase moral nessa ordem classificatória, na qual a autora identifica que o álcool e o tabaco dificilmente são encarados como drogas pesadas, em oposição aos outros psicoativos ilegais e mais populares como crack e a cocaína.

¹³ Usuários de drogas injetáveis.

¹⁴ Os baquêros, segundo Nappo (1996), são aqueles que faziam ou ainda fazem uso do baque, que é a cocaína administrada por via endovenosa.

Para os indivíduos em questão, de acordo com Melloto, o crack seria visto como uma droga mais leve do que as drogas injetáveis, existindo uma ambivalência de significados; a aparente ausência de risco direto de contaminação por HIV a partir do consumo via-pulmonar da pedra de cocaína. A autora também observou, assim como foi visto em Silva (2000), que o uso da maconha ameniza o estado de fissura sentido por alguns consumidores assíduos da pedra, permitindo momentos de descontinuidade do uso, que são direcionados à alimentação, aos cuidados com o corpo, ao asseio e descanso.

A ponte que separa os usuários de drogas e os sistemas de saúde, como vistos em Pacheco (2004) e Melloto (2009), estimula as respostas não governamentais às epidemias e catástrofes sociais. Tais respostas pragmáticas sempre partem de iniciativas da sociedade civil como formas diretas de enfrentamento dos problemas vividos em um Estado neoliberal. Inclusive, todos os estudos relatados no escopo revisional deste capítulo só foram possíveis mediante a facilitação direta ou indireta por parte de ONG's, pastorais ou grupos religiosos e demais associações de cunho não governamental, que se propõem a lidar, na maioria das vezes voluntariamente, com usuários e dependentes de drogas.

Melloto (2009) refletiu sobre a produção etnográfica em lugares hostis. Nestes territórios psicotrópicos, alguns podem demonstrar medo do pesquisador, que pode ser confundido com policial em busca de informação – ou demais figuras problemáticas e indesejáveis no lugar –, caso não tenha quem o indique ou apresente aos usuários. Daí a importância epistemológica e etnográfica da apresentação institucional, uma intermediação que pode ser feita entre os atores institucionais e os nativos. Na maioria das vezes, são levados insumos e artefatos como cachimbos de madeira, piteiras de silicone, batons de cacau e preservativos. Isso, além de gerar um mercado informal entre os usuários, facilita a aproximação e inserção do pesquisador no campo conflituoso que pretende analisar (SILVA, 2000; DOMANICO, 2006; RAUPP & ADORNO, 2008; FRÚGOLI JR & SPAGGIARI, 2010; RUI, 2010).

A autora preocupou-se com a trajetória biográfica do usuário, tentando entender em que momento na vida o uso da droga tornou-se problemático para os sujeitos. Ela reforçou a importância de se refletir sobre as primeiras experiências psicoativas dos indivíduos e tentar compará-las com o complexo perfil das experiências psicotrópicas atuais. Apoiada teoricamente por Bourdieu (1997), Melloto (2009) critica o termo "história de vida", pois o considera uma ilusão biográfica. Em antropologia, de acordo com Bourdieu e Melloto, a etnografia e as histórias de vida seriam tidas como registros de eventos lineares, agrupados em categorias cronológicas cartesianas e ocidentais, estando Bourdieu também preocupado com a coerência diacrônica dos fenômenos e aconselhando o uso do termo "trajetória biográfica"; o mesmo termo utilizado por Melloto ao frisar a importância das experiências dos interlocutores e suas carreiras como usuários de crack. A trajetória biográfica pode revelar os percursos e momentos significativos dos sujeitos observados à luz da problemática estudada.

A dissertação ainda nos informou e alertou para o fato de que a mídia e a ciência teriam definido o papel do usuário de crack. Melloto buscou inspirações em Gilberto Velho (1975), ao defender que existem múltiplos e diversos perfis destas pessoas específicas e que as práticas por si só não determinam a identidade dos sujeitos. Suas reflexões nos fazem pensar e concordar que podem existir múltiplas identidades numa mesma pessoa e que a categoria "usuário de drogas" seria apenas uma destas várias identidades vivenciadas pelo indivíduo. Essa concepção ajuda a refletir sobre a real motivação da guerra às drogas, que seria nada mais do que uma forma atual de perseguir as minorias, levando em consideração que apenas uma mesma pessoa pode carregar o peso cultural, em sua existência social, de muitas minorias, cujos direitos já foram alcançados devido aos densos períodos de luta, submissão e militância política. Pouco ou quase direito algum foi adquirido historicamente pelos consumidores de drogas no Brasil, principalmente ilícitas, estando os mesmos imersos na marginalidade, descaso, violência, liminaridade e vulnerabilidade (SILVA, 2000; DOMANICO, 2006; FERNANDEZ, 2007; RAUPP & ADORNO, 2008; MALHEIRO, 2010; FRUGOLI JR &

SPAGGIARI, 2010). Na atual conjuntura nacional, ficou mais fácil perseguir as minorias pelos tipos de substâncias ilegais que ingerem ou não, partindo do princípio de que quem as usa não tem nenhum direito adquirido.

O ano de 2010 foi, até o momento, o mais profícuo no que tange às publicações relativas à antropologia e etnografias dos usos e usuários de crack. Nosso resgate bibliográfico identificou, inicialmente, o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais de Luana Silva Bastos Malheiro, apresentado à Universidade Federal da Bahia, cujo título nos remete claramente ao objeto de análise: "Entre sacizeiro, usuário e patrão: Um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador". Nas páginas iniciais da monografia antropológica, verificamos claramente a importância dos contatos institucionais pré-estabelecidos antes da entrada do pesquisador em campo, e as estratégias de aceitação-inclusão que podem ser trilhadas. No caso de Malheiro (2010), ela ainda teve que enfrentar e superar o conflito vivenciado, durante a pesquisa, mediante o duplo ofício de redutora de danos e etnógrafa. Ela ficou surpresa e extasiada com o que encontrou, e não conseguiu disfarçar seu estranhamento. Há vida inteligente no mundo do crack!

A autora pôde identificar algumas pessoas que conseguiam administrar o consumo da pedra de crack e, ao mesmo tempo, refletir sobre os territórios psicotrópicos onde estão imersos, assim como estavam plenamente conscientes da excludência social proposital, que há tempos já existe nestes espaços, historicamente marcados e estigmatizados, muito antes da existência do crack. No centro histórico de Salvador, a autora analisou uma cultura do crack específica, decidindo investigar os sujeitos dessa cultura, que conseguem fazer o uso controlado da substância e possuem uma longa trajetória de consumo. A autora tentou entender em qual momento na vida destes indivíduos esse controle apareceu e aconteceu, e para tal foi preciso saber quem são esses sujeitos, visto que a mesma afirmou que para melhor entendê-los era preciso conhecê-los.

Entre os consumidores de crack do centro histórico de Salvador,

Malheiro evidenciou três categorias de classificação nativa: "sacizeiros", "usuários" e "patrões". Essas seriam as carreiras ou trajetórias comuns aos usuários de crack. Os "sacizeiros" seriam aqueles consumidores que não teriam muito tempo de experiência com a substância e que se deixariam levar pela fissura e compulsão, que os expõem à má visibilidade social do uso e, na maioria das vezes, a condições vulneráveis e vexatórias. São aqueles que vivem com o cachimbo ou a lata na boca, fumando feito Saci-Pererê, na frente de todos e às vistas da opinião pública.

Já os "usuários" seriam os que adquiriram uma maior experiência com o crack, devido ao denso período de uso, normalmente dez anos ou mais. Eles já foram um dia "sacizeiros" e sabem do mal social que traz a exposição pública do consumo. Eles preferem se reunir em grupos nos casarões abandonados do sítio histórico, onde impedem a entrada dos "sacizeiros", pois os mesmos são tidos como indesejáveis em lugares de controle e comércio da droga, dentro deste território psicotrópico específico.

Os "patrões", por sua vez, seriam os pequenos traficantes. Estes estariam no topo desta carreira do usuário, mesmo porque para chegar a tal posição foi preciso que o indivíduo mantivesse uma relação ainda mais controlada com a pedra, visto que o controle natural exercido pelo tráfico de drogas costuma eliminar, principalmente, aqueles que consomem mais do que vendem. Foi preciso o "patrão" conquistar a confiança do grande traficante e, para tal, foi necessário, conseqüentemente, controlar-se perante grandes quantidades da substância.

A monografia nos mostrou a divisão deste território psicotrópico e seu circuito específico, onde Malheiro (2010) destacou e discorreu sobre os lugares de venda, consumo descontrolado, aquisição informal de recursos¹⁵, permanência e ou passagem de pessoas (a depender do território) e distribuição da droga. Ela identifica o crack como uma substância de forte poder de sociabilização, percebendo, sabiamente, a existência dos meios

¹⁵ Essa aquisição monetária informal pode estar voltada à prostituição, pequenos furtos, assaltos, coleta de lixo e ou caridade (esmolas). Malheiro (2010) afirma que não há consumo de drogas nesses locais.

informais de convivência social. A autora tentou desmistificar o fato de que drogas pesadas levariam necessariamente o usuário à morte. Ela considerou o uso do crack como uma atividade social, sendo o controle determinado ou não por variáveis sócio-culturais. Ela também identificou aqueles indivíduos que conseguiram elaborar estratégias importantes para o consumo da pedra, garantindo um longo tempo de vida.

Malheiro surpreendeu mostrar, no escopo de sua monografia, usuários que não se mantinham passivos à farmacologia da substância. Estratégias de controle eram construídas diariamente, entre elas a preocupação em esconder e/ou diminuir a frequência de uso. Ao mesmo tempo, ela verificou que existia uma tensão contínua nos territórios psicotrópicos devido ao fato dos projetos urbanísticos desconsiderarem a população marginalizada, mesmo porque, historicamente, essa porção minoritária em vulnerabilidade social sempre foi afastada de seus territórios. A autora mostrou que as pessoas não conseguem perder o seu vínculo com os territórios tão facilmente quanto se acredita ser possível. A guerra às drogas nada mais seria do que um argumento para legitimar ações violentas contra as minorias e seus territórios, como vimos, anteriormente, nas concepções de Melloto (2009). As estratégias urbanas que procuram limpar e eliminar tais espaços contribuem ainda mais para a condição de marginalidade e vulnerabilidade social das pessoas que ali vivem ou frequentam (SILVA, 2000; DOMANICO, 2006; FERNANDEZ, 2007; RAUPP & ADORNO, 2008; FRÚGOLI JR & SPAGGIARI, 2010).

Malheiro (2010) também refletiu sobre o mecanismo de surgimento e disseminação da cultura do crack, assim como acerca dos modos de transmissão desses saberes entre os usuários, visto que é preciso apreender não só as técnicas de uso da substância, mas é imprescindível conhecer as percepções e sensações para poder desfrutar dos efeitos da droga. As etapas do aprendizado são decorrentes das experiências psicoativas sentidas individualmente e em conjunto, sejam em grupos de "sacizeiros", "usuários" ou "patrões". O uso funcional seria aquele que não acarretaria grandes custos ou prejuízos, sendo o oposto do uso

disfuncional ou compulsivo, que traria grandes perdas e danos ao indivíduo. Novamente, vê-se a estratégia nativa de fumar maconha, como possibilidade de diminuição tanto da fissura, quanto dos efeitos do crack, mesmo porque, a sonolência e a fome – características químicas e biológicas universais mediante o consumo do cânhamo – apresentam-se como formas de regular os efeitos danosos da cocaína em forma de pedra, pirolisada e absorvida via pulmonar.

A revista acadêmica "Ponto Urbe" publicou na sua sexta versão, lançada em agosto de 2010, o artigo "Da cracolândia aos nórias. Percursos etnográficos no bairro da Luz", de autoria dos antropólogos Heitor Frúgoli Jr e Enrico Spaggiari. O manuscrito etnográfico descreveu detalhadamente o espaço geográfico do bairro da Luz, mostrando o histórico do lugar, que de bairro cultural transformou-se na mais famosa cracolândia brasileira. Frúgoli Jr. & Spaggiari (2010) discutiram a respeito das relações existentes neste espaço psicotrópico, considerando as redes sociais que são construídas e entrelaçadas numa espécie de territorialidade itinerante. Os autores lembraram a importância crucial da abordagem etnográfica, que pode ser estendida para além dos usuários de crack. Outros segmentos da população local precisariam ser ouvidos mediante o entendimento complexo da problemática. Os moradores das áreas em questão, os comerciantes, policiais, mediadores de conflitos, líderes comunitários, assistentes sociais e de saúde podem e devem ser requisitados durante a pesquisa de campo.

Os autores, assim como Geertz (1973), Silva (2000), MacRae (2004), Melloto (2009) e Malheiro (2010), acreditam que a investigação antropológica do micro pode fornecer subsídios epistemológicos para a compreensão e generalização do macro. Dessa forma, tornou-se possível visualizar no mesmo território da cracolândia do bairro da Luz um contexto multifacetado e marcado por distintos interesses e variações situacionais. Diversos setores da sociedade civil, organizada ou não, atuam no local por intermédio de ONG's e demais associações institucionais de apoio e acolhimento, governamentais ou não. Há uma mescla de proteção, prevenção, violência, comércio legal e ilegal, viola-

ção de direitos, riscos de vida, propagação de doenças, delitos, cuidados individuais, prisões e vigilância pública, que costuma promover múltiplas relações sociais diferentes.

Frúgoli Jr & Spaggiari (2010) identificaram algumas situações de vulnerabilidade e risco aos quais os "nóias" são lançados cotidianamente no bairro da Luz. A violência é sem dúvida a principal ameaça, considerando que a mesma não parte apenas da força policial oficial. Alguns seguranças de estabelecimentos comerciais, classificados entre os nativos como os "pauladas", também servem para afastar os consumidores e impedir momentaneamente o uso e a venda da pedra em determinados espaços. Entretanto, a cracolândia parece se corporificar nos usuários, visto que eles levam consigo os códigos, as leis, os rituais, os costumes, as necessidades, as sensações e os perigos do lugar, mesmo quando ali não mais estão. Onde existir um usuário de crack, existirá uma cracolândia itinerante em potencial, de acordo com Frúgoli Jr & Spaggiari.

Os autores chegaram à conclusão de que não adianta dar pauladas e afastar os usuários de determinadas áreas, pois, como já vimos em Malheiro (2010), as pessoas não perdem facilmente os vínculos afetivos com o território psicotrópico. Levando em consideração que a dependência não é apenas química, biológica e psicológica, como também social, as pessoas dependem destes lugares para viver e não adianta o quanto se tente exterminar e higienizar tais territórios. Outros espaços facilmente surgirão, pois estamos lidando com uma espécie de corporificação simbólica atuante e penetrante nos organismos vivos dos dependentes, promovendo e caracterizando uma territorialidade espacial itinerante, na qual as redes de relações são rapidamente destruídas e reconstruídas num fluxo constante, que acompanha a venda e o consumo do crack.

Frúgoli Jr e Spaggiari (2010) reforçaram a importância dos termos antropológicos para lidar com a etnografia dos usos e usuários de crack, lembrando aos pesquisadores que é preciso proceder com afinco na interpretação dos conhecimentos nativos, ou seja, é preciso tentar registrar e decifrar seus símbolos, significados,

códigos de conduta, linguagens próprias, práticas ritualísticas, ferramentas e instrumentos construídos, assim como suas concepções em relação ao corpo, ao mundo, à vida, às doenças, ao futuro, ao passado, ao presente e suas concepções ao nosso respeito.

Lembrando que os autores identificaram a categoria "nóia" como um termo acusatório que vem de fora, muitos nativos não se assumem enquanto tal. Semelhante ao trabalho de Malheiro (2010), o termo "nóia/sacizeiro" aparece aqui como uma categoria acusatória em campo nativo e que se opõe à terminologia "usuário", mesmo porque a diferença entre as duas categorias residia na capacidade de controlar os efeitos da substância.

Finalizando nossa peregrinação cronológica das etnografias brasileiras a respeito do crack, trazemos o artigo: "Isso não é um cachimbo: notas etnográficas acerca da relação entre usuários de crack e seus utensílios", que foi apresentado por Taniele Rui no V Encontro Nacional de Estudos do Consumo & I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, ocorrido no mês de setembro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro. Rui (2010) partiu de dados empíricos para descrever a relação entre os usuários e suas ferramentas construídas artesanalmente para mediar o uso da droga, assim como a observação do ponto de vista da segurança e da gestão social, em relação a tais artefatos. Entretanto, o grande objetivo do manuscrito foi o de chamar a atenção dos etnógrafos, que precisam levar em consideração a observação minuciosa dos cachimbos, latas e demais materiais produzidos por tal cultura psicoativa específica e que passam a ser encarados como chaves analíticas cruciais para o entendimento mais íntimo do universo do mundo do crack.

Tais observações diretas deste comportamento específico também precisam englobar o domínio da língua local (gírias e dialetos nativos) e as categorias estrategicamente construídas (de classificação e acusação), pois tais revelações científicas favorecem, de acordo com Rui, subsídios para outros profissionais que se permitam lidar com usuários de drogas. É em torno dos artefatos elaborados pelos sujeitos para o consumo do crack, que se

constitui o foco principal de atuação da política da redução de danos no Brasil (visando o uso higiênico destes artefatos), porém, em contrapartida, a autora mostrou um crescente número de apreensões policiais destes ferramentais.

Rui lembra que tais objetos não podem ser compreendidos isolados ou fora de uma cena de uso. Eles são pistas que podem orientar os indivíduos de penderes, os redutores de danos e outras instituições de assistência e acolhimento, podendo servir como dados que servem não só à investigação policial, mas principalmente, para a análise antropológica. Visto que a autora, inspirada em Arjun Appadurai (2008), afirmou em seu artigo que o objetivo etnográfico de prestar a atenção nos cachimbos é de fundamento metodológico legítimo, percebe-se que os objetos inanimados não possuem significado algum longe dos indivíduos que lhes conferem funções, motivações e atribuições humanas. Dessa forma, só seria possível, de acordo com Appadurai (2008) e Rui (2010), decifrar, interpretar e entender o que se dá realmente na vida social, quando passarmos a “seguir as coisas em si mesmas, pois os seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos e suas trajetórias” (Rui, 2010: 02). Afinal, são as coisas em movimento que favorecem e elucidam o contexto humano e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os etnógrafos e antropólogos só tiveram acesso ao mundo dos “nóias”, “craqueiros”, “sacizeiros”, “usuários” e “patrões” a partir da intermediação direta ou indireta entre os atores transformadores sociais, que trabalham em instituições, na maioria das vezes não-governamentais, e os nativos em seus territórios psicotrópicos. A aceitação dos pesquisadores em campo só foi possível devido à confiança construída e estabelecida entre as pessoas em vulnerabilidade – atendidas por determinados projetos.

Em campo, o etnógrafo deixa-se levar pela ciência (MALINOWSKI, 1978) e pela “voz do coração”, sendo tal atitude compatível à proposta fenomenológica de superar o empirismo e o

racionalismo pleno (ARANHA, 1986). Entre as várias ferramentas científicas disponíveis, o investigador da cultura não pode abrir mão dos seus sentidos na condução daquilo que analisa. Isso é o que o torna o ser humano que ele é. "Senão, as teses, artigos e dissertações seriam construídos, automaticamente, por máquinas intelectuais, ciborgs ou microcomputadores acadêmicos isentos de qualquer emoção" (LIRA, 2009: 45).

Munido da observação e de seus diários de trabalho, o etnógrafo observa a realidade de perto. Ele pode escolher os informantes a partir da vivência e o resto vem como bola de neve. As informações surgem muitas vezes sem nem esperar ou perguntar, e o analista precisa estar no lugar certo, na hora certa, dentro de suas possibilidades e limitações, num recorte de tempo e espaço específicos para cumprimento de carga horária em curto prazo, com pouco orçamento e demais determinações cartesianas e burocráticas. Em território estranho, ele tenta ler o discurso social acima dos ombros de quem o escreve e vivencia a realidade dos objetos observados na prática, em estado bruto (GEERTZ, 1973). Sua análise nada mais é do que uma tentativa humanizada de cientificar padrões de comportamentos, códigos de conduta, leis, interditos, permissões, proibições, tabus e ordens, mesmo quando o contexto aparenta ser caótico, irracional, exótico, perigoso ou incompreensível à lógica ocidental.

O etnógrafo, na verdade, tenta nos mostrar a condição humana universal, existente em todo ser *Homo sapiens sapiens*. Condição esta que, independe unicamente da química dos compostos e de como os mesmos afetam biologicamente os organismos. Entendemos que as concepções puramente biologizantes e epidemiológicas obscurecem a temática em questão. Pensando em Marcel Mauss (2003) e adaptando suas ideias implícitas, especificamente, no "Ensaio sobre a dádiva", entendemos que o comportamento da drogadição nada mais é do que um fato social total, que engloba as nuances biopsicossociais da experiência humana.

Além do mais, segundo Mauss (2003), o corpo seria apenas uma estrutura para suporte e aprendizado da atuação social, sendo

financeira, o autor afirma que os usuários costumam praticar atividades fora da lei e/ou atípicas. As principais atividades se-

reflexo dos códigos morais emergentes e vigorantes numa determinada cultura e sociedade, portanto, o corpo e sua manipulação são tabus. Porém, nunca é demais lembrar de que o ser social vai além da fisiologia dos corpos estruturais e da química que os afeta, sacia, cura, deprecia e ou lhes dão prazer ou desprazer, devendo ser considerada a igual importância fecunda e existencial do complexo psicológico e social em interação íntima e direta, para além das concepções fisiológicas da corporalidade.

A perspectiva integradora, que visa ao equilíbrio da triangulação entre os fatores biológicos, psicológicos e sociais, torna-se ferramenta necessária aos profissionais que lidam com o problema da dependência de drogas, em especial da dependência de crack. Ao desejar atuar sobre determinada dependência é preciso a tais profissionais compreender a linguagem, o espaço, a dinâmica e as idiossincrasias que significam a experiência da dependência dos usuários de drogas. É neste sentido que buscamos integrar os diversos conhecimentos produzidos até então, sob o viés da antropologia e da etnografia, acerca dos usos e usuários de crack, da cocaína enfumaçada, na busca de entendimento prático do ser craqueiro, do seu reconhecimento como humano integral. E, é a partir da luz dessa compreensão, que estratégias e modelos terapêuticos construídos ou a serem criados, podem conduzir de modo mais eficaz as intervenções em saúde e assistência ao usuário dessa droga específica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. O caminho das pedras: conhecendo melhor os usuários de crack do município de Recife – PE. [Dissertação de Mestrado] Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2010.
- APPADURAI, A. "Introdução: mercadorias e a política de valor". A vida social das coisas; as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- ARANHA, M. Filosofando. Introdução à Filosofia. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

BECKER, H. Consciência, poder e efeito da droga. In: BECKER, H. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1977.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Oeiras: Editora Celta, 1997.

CARLINI, E. A., GALDURÓZ, J. C. F., SILVA, A. A. B., NOTO, A. R., FONSECA, A. M., CARLINI, C. M., OLIVEIRA, L. G., NAPPO, S. A., MOURA, Y. G., SANCHEZ, Z. & VANDER, M. II levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país. São Paulo: CEBRID/SENAD, 2006.

CLIFFORD, J. A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

DOMANTICO, A. "Craqueiros e cracados: bem vindo ao mundo dos nórias!" Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil [tese de doutorado]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

_____. Experiência de campo com usuários de crack. In: Coleção Textos – Prevenção de Drogas e AIDS, n. 2. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDEZ, O. F. Coca-Light?: Usos do corpo, rituais de consumo e carreiras de "cheiradores" de cocaína em São Paulo. [Tese de Doutorado]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

FERRARINI, E. Tóxico e alcoolismo! O que devem saber pais, professores e jovens. São Paulo: Centro de Combate ao Alcoolismo da Polícia Militar, 1980.

FRUGOLI JR, N. & SPAGGIARI, H. "Da cracolândia aos nórias percursos etnográficos no bairro da luz". [online] Disponível na Internet via WWW. URL: [http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-](http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos)

-no-bairro-da-luz. Arquivo capturado em 30 de abril de 2010.

GALDURÓZ, J. C. F., NOTO, A. R., NAPPO, S. A. & CARLINI, E. A. Trends in drug use among students in Brazil: analysis of four surveys in 1987, 1989, 1993 and 1997. In: *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, v. 37, p. 523-531, 2004.

GEERTZ, C. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1973.

GRUND, J.P., KAPLAN, C. D. & MARTEN DE VRIES, M. Rituals of regulation: Controlled and uncontrolled drug use in natural settings. In: HEATHER, N.; WODAK, A.; NADELMANN, E.; O'HARE, P. (Orgs.). *Psychoactive drugs and harm reduction: From faith to science*. Londres, 1993.

LIRÁ, W. L. Os trajetos do êxtase dissidente no fluxo cognitivo entre homens, folhas, encantos e cipós: uma etnografia ayahuasqueira nordestina. [Dissertação de Mestrado]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

MACRAE, E. Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. In: TAVARES, L. A., ALMEIDA, A. R., MACRAE, E. & FERREIRA, O. S. (Orgs.). *Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo*. Salvador: EDUFBA/CEETAD/UFBA, 2004.

MALHEIRO, L. S. "Entre Sacizeiro, usuário e patrão": Um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

MALINOWSKI, B. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify editora, 2003.

MELLOTO, P. Trajetórias e usos de crack: estudo antropológico sobre trajetórias de usuários de crack no contexto de bairros populares de São Leopoldo – RS. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

NAPPO, S. Uso do crack em São Paulo: fenômeno emergente? In: Revista ABP/APAL, v.16, n.2, 1994.

_____. “Baquêros” e “Craquêros”: um estudo etnográfico sobre o consumo de cocaína na cidade de São Paulo. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, L. G. Avaliação da cultura do uso do crack após uma década de introdução da droga na cidade de São Paulo. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

PACHECO, R. Poeira de estrelas. Símbolos e discursos entre usuários de drogas e seus terapeutas em Recife. [Dissertação de Mestrado]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

PEIRANO, M. A Favor da Etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RAUPP, L. Adolescência, drogatição e políticas públicas: Recortes no contemporâneo. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

RAUPP, L. & ADORNO, R. C. Circuitos de uso de crack na Região Central da Cidade de São Paulo. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=2668. Arquivo capturado em 12 de fevereiro de 2008

RIBEIRO, M. & LARANJEIRA, R. (Org.). O Tratamento do Usuário de Crack: Avaliação Clínica, Psicossocial, Neuropsicológica e de Risco, Terapias Psicológicas, Farmacologia e Reabilitação, Ambientes de Tratamento. São Paulo: Leitura Médica, 2010.

RUI, T. C. Usos de "drogas", marcadores sociais e corporalidades: uma perspectiva comparada. [Dissertação de Mestrado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

RUI, T. Isso Não é um Cachimbo: Notas Etnográficas Acerca da Relação Entre Usuários de Crack e Seus Utensílios. In: V Encontro Nacional de Estudos do Consumo/I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, 2010.

SHELDRAKE, R. O Renascimento da Natureza – O Reflorescimento da Ciência e de Deus. São Paulo: Cultrix, 1993.

SILVA, S. L. Mulheres da Luz: Uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

STRAUSS, L. C. O Pensamento Selvagem. Campinas: Editora Papirus, 1989.

UCHÔA, M. Crack: o caminho das pedras. São Paulo: Editora Ática, 1996.

VELHO, G. Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

VIDAL, S. Cannabis Medicinal – Introdução ao Cultivo Indoor. 1. ed. Salvador: o autor, 2010.

VIEIRA, R. Etnografia e histórias de vida na compreensão do pensamento dos professores. In: ESTEVES, A.; AZEVEDO, D. (Orgs.). Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais. Cidade do Porto: Instituto de Sociologia, 1998.

ZALUAR, A. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZINBERG, N. Drug, set and setting. New Haven: Yale University Press, 1984.